

1 **ATA DA TRICENTÉSIMA NONA (CCCIX) SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**
2 **DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, REALIZADA NOS**
3 **DIAS 19 E 20 DE FEVEREIRO DE 2018, EM BRASÍLIA-DF**.....
4

5

6 Nos dias 19 (dezenove) e 20 (vinte) de fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito), nos termos
7 do art. 33 da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, reuniram-se em Brasília-
8 DF, os membros do Plenário para a realização da Tricentésima Nona (CCCIX) Sessão
9 Plenária Ordinária do CFMV, convocada pelo Presidente do CFMV, Méd. Vet. Francisco
10 Cavalcanti de Almeida, CRMV-SP nº 1012, mediante o Memorando Circular nº
11 00004/2018/CFMV-SG. A Sessão foi presidida pelo Presidente, Méd. Vet. Francisco
12 Cavalcanti de Almeida, CRMV-SP nº 1012, com a presença do Vice-Presidente, Méd.
13 Vet. Luiz Carlos Barboza Tavares, CRMV-ES nº 0308, do Secretário-Geral, Méd. Vet.
14 Nivaldo da Silva, CRMV-MG nº 0747, Tesoureiro, Méd. Vet. Helio Blume, CRMV-DF nº
15 1551 e com a presença dos Conselheiros Efetivos Méd. Vet. Cícero Araújo Pitombo,
16 CRMV-RJ nº 3562, Méd. Vet. João Alves do Nascimento Júnior, CRMV-PE nº 1571,
17 Zoot. Wendell José de Lima Melo, CRMV-PB nº 252/Z, Méd. Vet. José Arthur de Abreu
18 Martins, CRMV-RS nº 2667 e Méd. Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior, CRMV-CE nº
19 1780 e dos Conselheiros Suplentes Zoot. Fábio Holder de Moraes Holanda Cavalcanti,
20 CRMV-AM nº 41/Z Zoot. Paula Gomes Rodrigues, CRMV-SE nº 047/Z Med. Vet. Nestor
21 Werner, CRMV-PR nº 0390, Méd. Vet. Antonio Guilherme Machado de Castro, CRMV-
22 SP nº 3257 e Méd. Vet. Irineu Machado Benevides Filho, CRMV-RJ nº 1757. O Presidente
23 mencionou a ausência da Conselheira efetiva, Méd. Vet. Therezinha Bernardes Porto,
24 CRMV-MG nº 2902 devido ao falecimento do seu marido, efetivando a Conselheira Paula
25 Rodrigues em sua substituição. Prosseguindo, comunicou que o Conselheiro suplente Méd.
26 Vet. Wanderson Alves Ferreira, CRMV-GO nº 0524 não pode comparecer por ter se
27 submetido à uma cirurgia. Complementando, o Presidente registrou a presença do Chefe de
28 gabinete, Dr. Valentino, da Secretária da Presidência, Sra. Nara, da Assessoria de
29 Comunicação, Sra. Lisiane, da Assessoria Jurídica, Dra. Aline e da Assessora Técnica,
30 Dra. Erivânia. Em seguida consignou a presença do Presidente do CRMV-MS Dr. João
31 Vieira. **I-ABERTURA DOS TRABALHOS.** De acordo com o art. 36, da Resolução
32 CFMV nº 856/2007, verificado o *quorum*, o Presidente, Méd. Vet. Francisco Cavalcanti de
33 Almeida declarou aberta a CCCIX Sessão Plenária Ordinária do CFMV, fazendo as
34 saudações iniciais, rogando a Deus que ilumine todos os Conselheiros na condução,
35 apreciação e julgamentos dos assuntos que serão tratados, e que a decisão proferida seja a
36 mais certa e coerente possível. **II-LEITURA E DISCUSSÃO DAS ATAS DA**
37 **TRICENTÉSIMA SEXTA (CCCVI) E TRICENTÉSIMA OITAVA (CCCVIII)**
38 **SESSÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS DO CFMV.** Com a palavra, o Secretário-Geral
39 comunicou que a Ata da tricentésima sexta foi aprovada e assinada pelos membros da
40 gestão anterior do CFMV. Ato seguinte, em virtude de questionamentos sobre a numeração

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 de Atas que se referem à Sessões Extraordinárias de seguirem a sequência de numeração
2 de Sessões Ordinárias foi acordado que a partir da próxima Sessão Extraordinária a
3 numeração será diferenciada. No uso da palavra, o Secretário-Geral salientou que será
4 observada a Legislação interna, e não havendo impedimento, a partir da próxima Sessão
5 Extraordinária será desprendida. Em discussão. Ocorreram manifestações dos Conselheiros
6 Pitombo e Wendell. “(...)”. O Secretário-Geral registrou que a Ata foi enviada por e-mail
7 com antecedência para que se manifestassem e houvesse tempo hábil para ser retificada
8 pela Secretaria. Dessa forma, ser possível submetê-la à aprovação nesta Sessão Plenária.
9 Ato seguinte. A Ata foi retificada conforme solicitação do Conselheiro Wendell e
10 submetida à votação. **Decisão:** A Ata foi aprovada. Em continuidade aos trabalhos, o
11 Presidente solicitou o posicionamento de todos sobre os procedimentos que conhecem a
12 respeito da apresentação de Ata ao Plenário. [...]. Após relatarmos a suas experiências, o
13 Presidente informou que as correções serão realizadas pelos posicionamentos apresentados
14 antecipadamente, via e-mail, à Secretária da Diretoria, que fará as alterações na minuta da
15 Ata. E, no primeiro dia da Sessão Plenária seguinte será pautada para aprovação e
16 assinatura. Com a palavra, o Secretário-Geral ressaltou que somente quando ocorrer
17 alteração de conteúdo a Ata será discutida em Sessão Plenária. Ressaltou que as Atas
18 deverão ser enxutas e objetivas. Mencionou que quando ocorrer manifestação contrária às
19 decisões, o registro constará da Ata da Sessão seguinte. Com a palavra, o Presidente
20 informou que a partir da próxima Sessão Plenária a organização da pauta será de
21 responsabilidade da Secretaria-Geral, de acordo com o Regimento Interno do CFM. Com a
22 palavra, o Secretário-Geral informou que a ideia é que a Sessão Plenária se inicie com a
23 reunião das Turmas. **III-COMUNICAÇÕES EM GERAL. 3.1.–Da Presidência.** No uso
24 da palavra, O Presidente comunicou sua participação em reunião da Diretoria
25 Executiva, realizada em 26/1/2018, onde tratou de assuntos administrativos. O
26 recebimento do Presidente do CRMV-RR, Dr. Francisco Edson. Disse que realizou
27 uma visita ao Dr. Júlio Peres no CRMV-RO. Na sequência, mencionou a reunião
28 realizada com o SINDECOF-DF para discutir a dívida do Conselho Federal em que
29 foi apresentado um passivo de 35 milhões de reais. Disse que solicitou ao grupo (Sr.
30 Edson, Pollyanna e Dr. Weber) que reexaminasse a nível interno e que na data de
31 hoje obteve da Sra. Lourdes, Líder da área de administração que o passivo, pelos
32 cálculos feitos, chega a 8 milhões de reais. Continuando, disse que o Conselho tem
33 essa dívida com os funcionários da Casa que deixaram de ser promovidos ou
34 deixaram de receber algumas correções salariais nos anos de 2015, 2016 e 2017.
35 Prossequindo, mencionou que o CFMV deverá arcar com essas despesas funcionais.

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 Na sequência, comunicou que, juntamente com o Secretário-Geral, teve uma
2 audiência com o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Luís Rangel no
3 MAPA, informando que foi discutido o assunto de responsabilidade técnica em
4 frigoríficos e em laticínios. Informou que o CFMV recebeu, em 31/1 e 1º/2, o
5 Presidente do CRMV-RS, Dr. Air, o advogado e o contador do Regional. Relatou
6 que vieram para negociar uma dívida de cota-parte do CRMV-RS para com o
7 CFMV, na importância de 600 mil reais. Continuando, informou que realiza
8 reuniões semanais com os líderes de Áreas, a fim de proporcionar uma maior integração
9 entre essas áreas que conduzem o CFMV, no aspecto técnico e administrativo. Comunicou
10 sobre as audiências em 5 e 6/2 com Ministro Herman Benjamin e Mauro Campbell do STJ,
11 na véspera do julgamento de um processo da JBS Aves, do Rio Grande do Sul. Informou
12 que a empresa entrou na Justiça para não se registrar no Conselho e nem realizar a
13 contratação de um RT. Continuando, disse que não foi possível fazer nada, pois o processo
14 já estava em fase decisória. Informou que encaminhou ofício aos Presidentes dos
15 Regionais solicitando que enviassem ao CFMV a tramitação de todos os processos
16 jurídicos junto ao STJ e ao STF para que o CFMV pudesse participar das decisões perante
17 a esses Órgãos. Mencionou que pelo levantamento feito pelo Dr. Valentino existem em
18 torno de 800 (oitocentos) processos que tramitam na justiça, envolvendo a Medicina
19 Veterinária e a Zootecnia (CFMV/CRMVS) e que a ideia é acompanhar esses processos
20 em tempo hábil. Prosseguindo, comunicou que teve uma audiência em 6/2, com Ministro
21 Aroldo Cedraz do TCU e relatou sobre a escola que o Tribunal de Contas criou e que já
22 treinou mais de 1.500 cidadãos. O Ministro colocou à disposição toda a infraestrutura, no
23 momento em que o CFMV necessitar de realizar qualquer reunião. Na sequência, informou
24 que ele e o Secretário-Geral do CFMV receberam em 7/2 o Deputado Federal Ricardo Izar,
25 que é também defensor das causas dos animais. Falou que ele se colocou à disposição do
26 Conselho Federal como um dos defensores da Medicina Veterinária e da Zootecnia no
27 Congresso. Mencionou que conversou com ele sobre o auxiliar veterinário, tendo o mesmo
28 se prontificado a encaminhar esse trabalho e que solicitou ao Conselho que minutasse um
29 projeto de lei. Informou que o Dr. Valentino já minutou o documento e que ele passará
30 para a análise jurídica, e que também será encaminhado às Comissões de Estabelecimentos
31 Veterinários e de Educação em Medicina Veterinária para um firme posicionamento do
32 Sistema sobre este tema. O Presidente mencionou o projeto do Deputado Ricardo Izar que
33 fraciona medicamentos e que teve alteração no Senado e voltou para a Câmara.
34 Continuando, informou que solicitou ao Deputado que adicione ao projeto a
35 obrigatoriedade de que qualquer estabelecimento que fracionar produtos de uso veterinário

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 se registre no Conselho e tenha um RT. Disse que se houver sucesso nesta ação, o processo
2 que tramita no STJ sobre o RT e o registro de PETSHPs nos Conselhos Regionais estará
3 solucionado. Mencionou que se dirigiu ao Relator de um projeto que tramita na Câmara,
4 mais especificamente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sobre eleições em
5 Conselhos Federais, para que verificasse a possibilidade de passar de três para quatro anos
6 os mandatos dos presidentes e conselheiros dos Conselhos das Profissões Regulamentadas
7 e com apenas uma reeleição. Disse ainda que, se der certo, fica eliminado o Decreto
8 8770/2016 que estabeleceu a participação das Associações nas eleições do Sistema
9 CFMV/CRMVs. Em continuidade, falou dos atos realizados pela Presidência: Refiliação
10 do CFMV ao Panvet e que foram pagos três mil dólares, bem como à Associação Mundial
11 de Medicina Veterinária (WVA), tendo sido pagos quatorze mil euros. Informou que o
12 Brasil continua participando dessas duas Associações, a Mundial e a Panamericana.
13 Designadas Comissões de Educação da Medicina Veterinária; Educação da Zootecnia;
14 Saúde Pública Veterinária; Residência; Agronegócio; Tecnologia; Higiene Alimentar;
15 Bem-estar Animal; Estabelecimentos Veterinários. Informou que depois conversará com o
16 Conselheiro Irineu a respeito da Comissão de Responsabilidade Técnica. Sobre a Ética e
17 Legislação precisará conversar com o Dr. Ismar. Com relação à Comissão de Animais
18 Selvagens, disse que convidou o Dr. Francisco Edson para ser o Presidente, tendo ele
19 aceitado e que a Comissão está em formação. Falou a respeito da Câmara Técnica de
20 Zootecnia também já foi formada. Continuando, informou que vai conversar com Dr. João
21 Vieira para ver alguns nomes para a Câmara Técnica de Medicina Veterinária. Ato
22 seguinte, o Presidente comunicou que enviou um expediente ao Ministério da Saúde (MS)
23 oferecendo auxílio para regulamentação do castramóvel. Disse que foi um pedido feito
24 pelo Deputado Ricardo Izar para que o CFMV estabeleça o que é um castramóvel, pois
25 alguns estados estão adotando e não seguem nenhuma conduta de como deve ser um
26 castramóvel, não considerando que se trata de uma clínica volante e que se faz necessário
27 estabelecer um padrão. Disse que pedirá ajuda à todas às Comissões ligadas ao segmento.
28 Prosseguindo, falou que o Dr. Guilherme do Ministério da Agricultura solicitou uma
29 indicação para representante do CFMV no Cone Sul, sendo então a pessoa do Presidente
30 do CFMV e como agregado, será a Dra. Erivânia. Mencionou que se houver necessidade
31 de ampliar essa representação trará oportunamente para discussão. Ato seguinte, o
32 Presidente falou da sua preocupação de recursos aplicados, expondo que quando a União
33 fecha o orçamento é demonstrado o orçamento dos Conselhos de Classe e que parece que o
34 Ministério do Planejamento está preparando um projeto de lei sobre essa questão que
35 deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional. Disse que o dinheiro do CFMV aplicado
36 poderia estar sendo utilizado em benefício da Classe. Falou da sugestão do Dr. Valentino

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 para que invista na fiscalização, unificar a fiscalização. Prosseguindo, informou sobre a
2 indicação das doutoras Adolorata Bianco e Glória Boff para a representação do CFMV
3 junto ao Conselho Nacional de Saúde. Assim sempre ocorrerá a participação do CFMV nas
4 reuniões. Falou que foram indicados nomes para Concurso Associação Mundial sobre
5 Bem-estar Animal (Adroaldo Zanella, Maria do Rosário Ramalho Garcia, Cristiane
6 Shilbach Pizzutto e Leonardo Thielo de la Vega). **3.2.–Da Vice-Presidência.** O Vice-
7 Presidente cumprimentou a todos e comunicou sobre sua ida à Rondônia acompanhando o
8 Presidente. Informou que a visita foi importante, tendo constatado a situação ruim em que
9 se encontra aquele Regional. Mencionou a reunião realizada com a Diretoria e alguns
10 servidores, que demonstraram uma real necessidade de terem um apoio maior e efetivo
11 para que possam desenvolver o seu papel. Comunicou que sua expectativa é seguir o
12 caminho de melhoria para os Regionais que necessitem de um suporte maior. E, que a
13 partir da realização da próxima Câmara Nacional de Presidentes, essa linha de
14 sensibilidade, com certeza será fortalecida com os demais Conselhos Regionais para um
15 trabalho conjunto. Parabenizou o Presidente pelo relato das atividades desenvolvidas ao
16 longo desses últimos dias e que na sua opinião estão seguindo o caminho correto e que
17 mudanças irão acontecer. **3.3.–Da Secretaria-Geral.** O Secretário-Geral cumprimentou a
18 todos e comunicou sobre as atividades administrativas que culminam quase que com o dia-
19 a-dia do Conselho. Mencionou esse período de transição de mudança e do modo de fazer
20 gestão. Por isso estão sendo revistos muitos conceitos que são utilizados no CFMV e que
21 precisam acompanhar o que está estabelecido na Resolução nº 856 de 2007 (Regimento
22 Interno). Comunicou que no dia 26/1/2018 participou de uma reunião da Diretoria
23 Executiva do CFMV. Nos dias 26 e 27/1/2018 participou do I Encontro Nacional sobre
24 Saúde Única - One Health, representando o CFMV e coordenando uma mesa redonda
25 sobre o tema “qualidade sanitária dos alimentos de origem animal e resistência a
26 antimicrobianos”, realizado na Universidade Federal de Lavras. Nos dias 31/1 e 1º e
27 2/2/2018 esteve no CFMV para desempenhar atividades internas da Secretaria-Geral.
28 Prosseguindo, comunicou que nos dias 7 a 9/2/2018 esteve no CFMV para desempenhar
29 atividades internas da Secretaria-Geral, tendo participado, junto com o Presidente, de uma
30 reunião no Ministério da Agricultura, participou de reunião com o Sindecof-DF e com o
31 Deputado Federal Ricardo Izar (PP-SP). Participou também de reuniões com alguns
32 funcionários. Finalizando, destacou a reunião no MAPA (Secretaria Nacional de Defesa
33 Agropecuária), relatando a questão de uma petição enviada ao CFMV já algum tempo
34 atrás, quando ainda era presidente do CRMV-MG, sobre a posição dos auditores fiscais
35 federais em relação à responsabilidade técnica em estabelecimentos que comercializam
36 produtos de origem animal (frigoríficos, laticínios, etc). Falou que de acordo com Decreto

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 N° 5.741, de 30 de março de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à
2 Sanidade Agropecuária –SUASA é exigida a presença de um responsável técnico; porém
3 existe um parecer da AGU (Advocacia-Geral da União), onde dizia que o MAPA tinha que
4 exigir a presença de responsável técnico nos estabelecimentos de produção de produtos de
5 origem animal, entretanto, não estabelece que este RT fosse médico veterinário, sendo esta
6 uma atividade a ser definida pelos conselhos de classe. Mencionou que houve um embate
7 jurídico com o MAPA e o CRMV-MG à época, onde foi dito que a Lei 5.517/68 está clara.
8 Prosseguindo, disse que nessa reunião foi solicitado um posicionamento oficial por parte
9 do Secretário Rangel, que ele avaliasse a Lei Federal, que inclusive é reconhecida pelos
10 Tribunais Superiores. Mencionou que o Secretário Rangel informou que tomaria
11 providências em relação à essa questão. **3.4.–Da Tesouraria.** O Tesoureiro cumprimentou
12 a todos e comunicou das ações da Tesouraria. Informou que no dia 26/1/2018 participou de
13 uma reunião da Diretoria Executiva do CFMV. Nos dias 30 e 31/1 e 2/2/2018 disse que
14 esteve no CFMV para desempenhar atividades internas da Tesouraria, tomando melhor
15 conhecimento de alguns aspectos do orçamento. Nos dias 5, 7, 8 e 9/2/2018, informou que
16 esteve no CFMV para desempenhar atividades internas da Tesouraria. Participou, junto
17 com o Presidente, de reunião com o Sindecof-DF, conforme já foi relatado pelo Presidente
18 sobre o problema que envolve alguns funcionários do CFMV. Participou também de
19 reuniões com alguns funcionários, objetivando ajustes de função por conta do novo
20 organograma. Prosseguindo, mencionou que o trabalho do CFMV está sendo realizado de
21 forma colegiada e que se algum Conselheiro observar alguma situação fugindo à eficiência
22 e eficácia que se manifeste. A intenção é conseguir o melhor ajuste possível ao quadro
23 funcional. Informou que no CFMV há vários funcionários técnicos, recebendo valores
24 monetários interessantes, como também tem um grupo que não está muito ligado e
25 simplesmente cumprindo horário. Na sequência, comunicou que no dia 16/2/2018 esteve
26 também no CFMV para desempenhar atividades internas da Tesouraria, e que em
27 substituição ao Presidente, participou de uma reunião com os líderes de áreas do CFMV,
28 parabenizando o Presidente pela iniciativa dessa reunião com os líderes, que ocorre sempre
29 às sextas-feiras. Informou que esteve em visita ao Dr. Thiago de Melo, por ocasião do seu
30 aniversário, representando o CFMV. Mencionou que ele provavelmente irá solicitar ao
31 CFMV apoio no sentido da educação continuada, para atender às organizações, ao setor
32 público e que isso irá derivar sobre a questão do técnico em veterinária. Falou a respeito
33 das Diretrizes Curriculares da Medicina Veterinária que já estão com uma reunião
34 agendada para o dia 5 de março. Mencionou que poderá distribuir os materiais, discutidos
35 nos anos anteriores, a respeito das Diretrizes, caso ainda não seja do conhecimento de
36 todos. Informou que Dr. Rafael Gianella, Presidente da CNEMV – Comissão Nacional de

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 Educação da Medicina Veterinária, irá participar de uma reunião na Colômbia sobre a
2 Educação e que ele é o profissional certo, pois há vários anos vem acompanhando esse
3 assunto. Disse que o Dr. Rafael Gianella, foi convidado para ser palestrante no Congresso
4 Mundial de Barcelona e que para o Sistema é bastante significativo ter uma pessoa
5 próxima e que possa falar de educação continuada para a Medicina Veterinária. E,
6 coincidentemente o Tesoureiro foi convidado pelo Ministério da Educação para integrar
7 uma Comitiva para conhecer o modelo de educação no Canadá, informando que foi feito
8 um Relatório e que poderá disponibilizar a quem tiver interesse. Finalizou, parabenizou aos
9 demais diretores pela relação de Colegiado que estão construindo e que conta com a
10 colaboração de todos para sugestões de ideias que serão muito bem-vindas, especialmente
11 como está próxima a comemoração dos 50 anos do Sistema CFMV/CRMVs e que, no seu
12 entendimento, disse que ainda existem várias coisas para serem alinhadas para este dia.

13 **3.4.–Dos Conselheiros.** Com a palavra, o Conselheiro Pitombo cumprimentou a todos e
14 disse que é uma satisfação estar retornando à Casa. Deu boas-vindas à Dra. Erivânia e ao
15 Dr. João Vieira do CRMV-MS. Parabenizou à Diretoria por permitir que os Conselheiros
16 participem da Câmara Nacional de Presidentes, como ouvintes. Mencionou sobre a
17 presença de representantes dos Regionais nas Plenárias do CFMV, disse que acha
18 importante a troca de experiências. Reiterou que está à disposição do CFMV para
19 colaborar no que for necessário. Falou sobre os processos judiciais envolvendo o CFMV e
20 que ele poderia auxiliar no que for preciso tanto nos processos judiciais, como nos
21 processos políticos. Prosseguindo, relatou sobre a fiscalização, falando que a definição dos
22 procedimentos já foi realizada pelo POP – procedimento operacional padrão e que quando
23 Presidente do CRMV-RJ procurou estabelecer o POP nacional, mas que não houve o
24 acompanhamento do CFMV. Continuando, disse que acha que não existe um
25 acompanhamento aos CRMVs para saber se o POP foi implantado e sugeriu que seja vista
26 a razão por não ter sido ainda implementado. Falou que o POP foi um processo árduo,
27 objetivando encontrar um “norte” para a fiscalização. E, que todos os Conselhos votaram e
28 aprovaram os procedimentos. Prosseguindo, relatou quando foi ao CRMV-AP. “(...)”. E,
29 que no seu entendimento acha que o fundo financeiro que está sendo criado é um grande
30 avanço e que alguns Regionais merecem um apoio financeiro para saneamento de
31 problemas. Finalizando, falou que este fundo de apoio tem uma característica de
32 transparência e que considera isso muito importante para o Sistema como um todo. Com a
33 palavra, o Presidente falou que a respeito dos POP, a funcionária Luciana tem todo o
34 mapeamento de quem participou. Disse que já existem pontos definidos que serão revistos
35 e colocar à diante. Com a palavra, o Conselheiro Wendell cumprimentou a todos e falou de
36 sua satisfação em retornar ao CFMV. Comentou sobre sua participação na Plenária do

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 Regional da Paraíba, disse que foi muito bem recebido. Mencionou que a preocupação
2 maior apresentada pelo Regional foi a respeito do processo da Sede e informou que o
3 Presidente, Dr. Domingos estará presente na Câmara de Presidentes e falará do assunto, na
4 tentativa de agilizar os procedimentos. Prosseguindo, registrou que nesses 50 anos
5 passados do CFMV/CRMVs não se trabalhou em benefício dos zootecnistas. Que a Lei nº
6 5550/1968 sequer é citada nas documentações dos Conselhos. Disse que existem diversos
7 problemas sobre a questão da responsabilidade técnica, pois a referida Lei permite que os
8 zootecnistas possam atuar e que inclusive tem profissionais trabalhando de auditoria em
9 órgãos internacionais, à exemplo da “Carne Fraca” (auditando abatedouros). Ressaltou que
10 é formado em Zootecnia e que tem condições de defender essa profissão. Na sequência,
11 solicitou ao Presidente que fosse articulado junto ao Ministério a questão da
12 responsabilidade técnica incluindo o zootecnista, pois na Lei prevê que o zootecnista pode
13 ser RT em estabelecimentos que processam e comercializam produtos de origem animal.
14 Pediu que se valha desta mudança de gestão, da transparência e inovação em relação ao
15 tratamento de inclusão desses profissionais, pois considera essa inclusão muito importante
16 para a sociedade. Sugeriu que seja instituída uma assessoria técnica de zootecnista e que a
17 Lei nº 5550/68 não seja como antes esquecida e que se trata de uma Lei muito abrangente e
18 tem que ser cumprida. Pediu integração e unificação entre as duas profissões que norteiam
19 o CFMV/CRMVs em prol da sociedade. Com a palavra, o Presidente informou que todos
20 os compromissos assumidos com a Zootecnia estão sendo cumpridos. Mencionou sobre ter
21 um assessor técnico da Zootecnia e que já foi instituída a Câmara Técnica, já formada e
22 quando houver assunto ligado à Zootecnia ou à Medicina Veterinária as Comissões serão
23 convocadas para discutirem com a assessoria técnica, com a presidência, bem como com a
24 diretoria como um todo. Disse que dessa forma, considera que já esteja atendendo a
25 preocupação colocada pelo Conselheiro. Falou que estão sendo nomeados zootecnistas
26 para compor as Comissões, de acordo com nomes indicados por zootecnistas. E, está sendo
27 seguida a linha de que nas Comissões do Conselho Federal esteja assegurada a necessária
28 presença de médicos veterinários e zootecnistas. Prosseguindo, informou que tem
29 autorização de contratar apenas uma assessora técnica, por isso foi contratada a Dra.
30 Erivânia, que conhece o Sistema por ter dirigido um Regional, para prestar apoio ao
31 CFMV. Ato seguinte, registrou que se fará necessário convocar Conselheiros, não só para
32 participarem das Plenárias, mas também para discutirem assuntos pertinentes às suas áreas
33 de atuação. Falou que a partir da próxima semana darão posse às Comissões, sendo que as
34 primeiras serão as que tratam de Educação em Medicina Veterinária, da Saúde e do Bem-
35 estar animal, pois três pontos que estão presentes na mídia, destacando a abertura de
36 faculdade em Minas Gerais, com ensino à distância nas áreas de veterinária e agronomia

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 “(...)”. Falou que o fato é preocupante e que a Comissão de Educação deve tomar posse
2 imediatamente para tratar desse assunto e também do tema auxiliar veterinário. Na
3 sequência, mencionou que as ONGs estão mandando nos Conselhos e falou de projeto de
4 lei que proíbe a exportação de animais vivos e que de acordo com o Deputado Ricardo
5 Izar, tal projeto não passará no Congresso. Finalizando, informou que o assunto do
6 Responsável Técnico será amplamente discutido, pois o problema é sério. Falou do
7 manifesto do Dr. Mateus Paranhos apoiando o relatório de uma colega de Santos a respeito
8 do transporte de animais. Disse que conversará com ele a respeito dessas informações, pois
9 é importante se manifestar com precaução e segurança. Ao final, elogiou o Conselheiro
10 Wendell pela garra em defender a classe da Zootecnia. Com a palavra o Conselheiro Irineu
11 cumprimentou a todos e comentou sobre a questão dos hospitais, que irão permitir o acesso
12 de animais Pet, técnica da zooterapia e falou da necessidade de uma preparação para que se
13 tenha um responsável técnico dentro desses hospitais e que o Conselho Federal deve ficar
14 atento. Considera ser complicado deixar um animal adentrar um hospital sem que haja um
15 profissional para verificar as condições do animal que ficará com uma pessoa que está em
16 tratamento de saúde. Falou que o hospital que desejar realizar tal técnica deverá então
17 contratar um profissional competente para acompanhar esse animal. Prosseguindo, disse
18 que assim como o Dr. Guilherme vem acionando a OIE e a OMS, o Conselho também
19 deve se utilizar dessa estratégia e fazer com que essas Instituições Internacionais
20 pressionem o Governo para levar a sério essa questão da abertura desenfreada de escolas,
21 que estão sendo abertas sem nenhum critério. Disse que poderia também se valer do
22 contato no PANVET. Ato seguinte, falou sobre as derrotas nos processos jurídicos.
23 Mencionou que o CFMV deve realizar o levantamento das ações jurídicas perdidas que
24 considera importante, providenciar um dossiê e levar ao Ministério Público que é o único
25 órgão que pode reverter uma decisão jurídica, para que o Ministério veja o benefício
26 retirado da Sociedade. Com a palavra, o Secretário-Geral falou sobre a questão do ensino à
27 distância. Informou que já existe nas diretrizes da educação superior a possibilidade de que
28 20% da matriz curricular podem ser realizados de forma não presencial. Assim,
29 consequentemente pelo custo mais em conta, por ser à distância, o interesse nesse
30 seguimento só aumenta. Prosseguindo, disse que se poderia caminhar para se criar um selo
31 de qualidade para a instituição de ensino e que o aumento do percentual a ser permitido
32 para o ensino à distância vai de encontro à qualidade final do profissional da Medicina
33 Veterinária. Em seguida, mencionou que o curso à distância para a Zootecnia também está
34 caminhando a passos largos. No uso da palavra, o Conselheiro Irineu mencionou que o selo
35 de certificação já existe pela Funadesp – Fundação Nacional de Desenvolvimento de
36 Ensino Superior Particular. Disse que trabalhou no projeto para tratar exatamente de

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 certificação. Disse que essa Fundação procurou o Conselho Federal há cerca de uns 3 anos
2 atrás que não se interessou e partiu para o projeto de acreditação. O Secretário-Geral
3 mencionou que o projeto de acreditação deverá permanecer, na visão do Presidente. Com a
4 palavra, o Tesoureiro informou que a OIE se manifestou a respeito dos relatórios feitos
5 sobre a educação e o que faltou foi divulgação, pois a sociedade não tem conhecimento
6 desse fato. Continuando, mencionou que a OMS também se manifestou a respeito da
7 inclusão da classe na política de saúde e que a falha está quando não se divulga fatos
8 relevantes como esses à sociedade. Ato seguinte, o Presidente mencionou sobre o interesse
9 dos Conselheiros almoçarem no Conselho, informou que o valor será em torno de R\$25,00
10 (vinte e cinco reais) está sendo verificado pelo Dr. Valentino. O interessado deverá
11 recolher esse valor em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Em sequência
12 aos trabalhos da Sessão, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro João Alves que
13 parabenizou ao Presidente e aos demais Diretores pelas diversas decisões acertadíssimas.
14 Disse que a Dra. Erivânia tem uma experiência de gestão da profissão, uma experiência
15 política e que ela veio para completar este trabalho que está se iniciando. Parabenizou
16 também pela escolha da Professora Adolorata Bianco para representar o Conselho no
17 Conselho Nacional de Saúde, lembrando que é um importante espaço de discussão política
18 e que ela é uma militante pela atuação do médico veterinário na saúde básica. Elogiou a
19 rapidez desta gestão em estar observando e resolvendo assuntos sérios e nevrálgicos a
20 exemplo da questão do auxiliar médico veterinário. Prosseguindo, sugeriu que seja trazida
21 de volta a questão de se fazer o Exame Nacional de Certificação Profissional, pois já foi
22 praticado e que por questões legais, deixou de ser realizado. Disse que como não se
23 consegue impedir essa proliferação de cursos e que então se possa garantir que o
24 profissional que irá para o mercado de trabalho esteja realmente qualificado e tenha
25 competência. Finalizando sugeriu que esse assunto volte a ser discutido para uma solução.
26 Com a palavra, a Dra. Paula se apresentou, cumprimentou a todos. Registrou que está feliz
27 por participar desta nova gestão e que sua dedicação ao CFMV será grande. Sugeriu que
28 seja discutida a questão dos concursos que vêm sendo abertos, pois principalmente no
29 Nordeste vem ocorrendo um problema grande entre a Veterinária, a Zootecnia e a
30 Engenharia de Pesca quando é concurso na área de Aquicultura e de Carcinicultura,
31 sugeriu que uma Comissão pudesse acompanhar de perto a questão destes concursos.
32 Mencionou que sobre a área de nutrição animal é colocado como único participante apenas
33 o médico veterinário. Disse que gostaria de saber se o CFMV poderia se posicionar a
34 respeito. Com a palavra, o Dr. João Vieira, Presidente do CRMV-MS relatou um ocorrido
35 no Mato Grosso do Sul, disse que a Secretaria de Estado fez um concurso que abriu vaga
36 para 100 zootecnistas em um concurso e os colegas veterinários solicitaram que o

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CFMV.....

1 Conselho intervisse. Informou que entrou em contato com a secretária que respondeu que
2 havia 300 veterinários na Secretaria e que estava com necessidade de contratar
3 zootecnistas. Finalizando mencionou que o empregador é quem escolhe a classe que
4 precisa contratar de acordo com suas necessidades e que considera difícil interferir. Com a
5 palavra, o Presidente disse que sobre essa questão é interessante e quando se tomar
6 conhecimento, se faz necessário informar ao CFMV para ver a possibilidade de interferir.
7 Mencionou um concurso público, realizado em São Paulo, que solicitou incluir o
8 veterinário que estava fora do concurso do estado. Disse que é uma preocupação que todos
9 devem ter. Ato seguinte, o Presidente mencionou que a Dra. Adolorata foi membro de
10 Comissão no CRMV-SP. Na sequência, relatou sobre as indicações de nomes para
11 comporem as Comissões do CFMV. “(...)”. Com a palavra, o Tesoureiro sugeriu que esse
12 assunto de concurso seja enviado à Dra. Erivânia, pois se trata de um assunto técnico e que
13 as vezes o pessoal que elabora o edital do concurso não tem conhecimento e que cabe ao
14 Conselho se manifestar e cobrar a inclusão do médico veterinário e do zootecnista. Com a
15 palavra, o Secretário-Geral se manifestou dizendo que se tratando de um concurso
16 nacional, por algum órgão do governo federal a instância é o Conselho Federal. E, que
17 sendo um concurso promovido no município ou pelo estado a competência é do Conselho
18 Regional, procedimento adotado há anos. Com a palavra, o Vice-Presidente disse que
19 também entende que seja do Regional a responsabilidade de providências quando for
20 concurso estadual, mas que estão trabalhando como Sistema. Assim, no seu entendimento,
21 o CFMV poderia dar um suporte aos Conselhos, que tem dificuldades em abordar o
22 assunto. Prosseguindo, disse que dessa forma a ação ficará mais incisiva para se obter um
23 resultado efetivo. Ressaltou que o Conselho Regional ficaria a frente, mas poderia ter esse
24 aporte do Conselho Federal. Com a palavra, o Presidente mencionou que a primeira escola
25 técnica veterinária foi criada por um médico veterinário que estagiou na Alemanha.
26 Mencionou que a localização da escola foi em São José dos Campos. E, que o curso
27 inicialmente foi denominado *enfermeiro médico veterinário*. Continuando, informou que
28 ao tentarem realizar o registro do curso na Secretaria de Educação, como enfermeiro, o
29 Conselho de Enfermagem teve conhecimento do nome e proibiu a utilização do nome
30 enfermagem para o médico veterinário, justificando que a enfermagem só se aplica na área
31 humana. Após essa ocorrência, passou para *Técnico*. Continuando, mencionou que hoje se
32 chama colégio Tableau e praticamente domina os cursos de nível médio no Brasil inteiro.
33 Prosseguindo, disse que os coordenadores de curso dessa escola à época até solicitaram
34 para que os auxiliares se registrassem no Conselho de São Paulo, mas não há Lei ainda que
35 discipline essa questão. Disse que o assunto desses cursos é sério, que existem diversas
36 modalidades, com carga horária diferenciada. Ressaltou que precisam regulamentar essa

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 questão, pois é muito sério. Em continuação, informou que o Deputado Ricardo Izar se
2 prontificou a entrar imediatamente com um Projeto de Lei sobre a questão dos auxiliares.
3 Com a palavra, o Conselheiro Nestor cumprimentou a todos e demonstrou sua satisfação
4 em participar da segunda Sessão Plenária Ordinária do CFMV. Informou que tem
5 acompanhado as ações do Conselho pelo portal do CFMV e que também recebeu a Ata da
6 primeira reunião e pode ter conhecimento de todos os assuntos tratados. Prosseguindo,
7 falou de sua satisfação pela aprovação, em Plenária, da participação de Conselheiros
8 Suplentes em todas as Sessões que serão realizadas pelo Conselho Federal. Na sequência,
9 sugeriu que os Conselheiros, cada um em seu estado, pudessem ser consultados na
10 indicação de membros das Comissões do CFMV. Disse que acha que seria uma grande
11 contribuição e um grande prestígio, ao Conselheiro do estado, poder informar
12 primeiramente ao profissional sobre sua indicação. Ato seguinte, mencionou que soube de
13 um Projeto de Lei que está tramitando na Câmara, onde limitaria em 20% o ensino à
14 distância. Sugeriu que o Deputado Onyx fosse chamado para uma conversa sobre a questão
15 com a Diretoria ou até para vir à uma Sessão Plenária. Disse que no seu entendimento, não
16 vê problema nesse percentual de 20% para o ensino à distância da Medicina Veterinária,
17 acha que não prejudica. Na sequência, comentou que as ONGs vêm atropelando os
18 Conselhos de Veterinária a exemplo da exportação de animais vivos e a visita de pets em
19 hospitais. Mencionou que se faz necessária uma atuação de peso frente a esses problemas
20 para tentar disciplinar essas ações políticas e técnicas. Relatou o caso da Câmara de
21 Vereadores, em Pato Branco-PR, onde já tramita a questão dos hospitais de lá receberem
22 animais para visita dos pacientes e que no seu entendimento vários municípios tentarão ir
23 pelo mesmo caminho. Sugeriu que o assunto seja amplamente discutido. Com a palavra, o
24 Conselheiro José Arthur cumprimentou a todos. Parabenizou ao Presidente por permitir a
25 participação dos Conselheiros nas Câmaras Nacionais de Presidentes, como ouvintes.
26 Mencionou a questão da fiscalização e quanto será importante a Comissão de Fiscalização
27 que terá que realizar o cumprimento do POP que foi tão amplamente discutido e que ainda
28 não está sendo aplicado. Na sequência, solicitou um espaço para apresentar um panorama
29 sobre a atual gestão do CRMV-RS. Falou do projeto do Deputado Onyx, citado pelo
30 Conselheiro Nestor, e se colocou à disposição para agendar com ele a sua vinda ao CFMV
31 em ocasião de Sessão Plenária ou para uma conversa com a Diretoria. Com a palavra, o
32 Tesoureiro comentou que tem conhecimento desse projeto. Prosseguindo, disse que acha
33 importante que o Deputado Onyx venha ao CFMV, para um entendimento e se chegar a
34 uma decisão sobre uma Lei que possa impedir o curso 100% à distância. No uso da
35 palavra, o Presidente solicitou que o Conselheiro José Arthur agendasse a vinda do
36 Deputado Onyx ao CFMV. Com a palavra, o Conselheiro Francisco Atualpa

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 cumprimentou a todos. Parabenizou o trabalho desta gestão que está sendo inovador. Disse
2 que está estimulado e disponível para auxiliar no que for necessário não só na questão das
3 Sessões Plenárias, mas para outros assuntos pertinentes à sua atuação. Falou da
4 importância dos Conselheiros poderem representar o CFMV, quando possível, nas Sessões
5 Plenárias do Conselho de seu estado. Disse que criar um elo de comunicação é
6 extremamente necessário. Parabenizou à Dra. Erivânia por ter assumido a Assessoria
7 Técnica. Com a palavra, o Conselheiro Antonio Guilherme cumprimentou a todos. Relatou
8 sobre sua gestão no CRMV-SP. “(...)”. Mencionou sua ausência na primeira Sessão
9 Plenária, informando que estava em um compromisso no México. Disse que se sente
10 honrado de fazer parte desta gestão e que deseja aprender bastante com todos. Sugeriu que
11 fosse criado algum mecanismo de avaliação desses egressos na Medicina Veterinária.
12 Finalizou, agradecendo ao Presidente pela oportunidade dada a ele para integrar a nova
13 gestão do Conselho Federal. Com a palavra, o Presidente falou sobre o Exame de
14 Certificação Profissional quando da gestão do Méd. Vet. Benedito Fortes de Arruda. Disse
15 que foi inicialmente o exame era realizado por Resolução do CFMV e depois foi instituído
16 por um Projeto de Lei aprovado pelo Senado Federal e historiou a respeito, inclusive sobre
17 a proibição de realizar o exame. “(...)”. Prosseguindo, o Presidente informou que deverá
18 ser trabalhado um novo Projeto de Lei, conseguindo uma bancada de Deputados e uma
19 bancada de Senadores que sejam favoráveis ao exame. Mencionou que o assunto é sério e
20 que deverão apresentar um posicionamento muito bem balizado e firme para defender
21 politicamente essa necessidade e obter uma resposta satisfatória. Com a palavra, o
22 Tesoureiro mencionou que o projeto citado pelo Presidente já foi arquivado. Disse que a
23 ideia do exame tem pontos positivos e que devem ser discutidos. Ressaltou que terá que ser
24 muito bem articulado politicamente e fazer com que a sociedade aceite. O Conselheiro
25 Irineu disse que em relação ao Exame Nacional de Certificação, pelo que acompanha,
26 quase que a totalidade dos profissionais é a favor da realização. Acha que a proposta de
27 realização do exame não é agressiva aos profissionais e que nem contraria a Sociedade.
28 Falou que no seu entendimento o CFMV deve intervir com uma nova proposta. Com a
29 palavra, o Secretário-Geral disse que teve a oportunidade, há época quando fez parte da
30 Comissão de Educação do Conselho Federal, de ser o responsável na preparação do exame
31 pela área de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública. Falou sobre o banco de
32 questões criado e que o considerava fraco e que precisava trabalhar todas as questões
33 recebidas. Historiou sobre os resultados desse exame, nas grandes quatro áreas da
34 Medicina Veterinária. “(...)”. Disse que o exame mostrou a necessidade de se melhorar o
35 ensino deste País. Continuando, falou da quantidade de processos éticos existentes nos
36 Conselhos Regionais, o que considera que seja fruto desse processo de formação

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 inadequada. E, que a autorização para abertura de cursos não tem uma avaliação criteriosa.
2 No seu entendimento, acha que o exame dificilmente será aceito pela Sociedade. Com a
3 palavra, o Conselheiro Irineu disse que o Conselho Federal de Medicina está verificando a
4 possibilidade da realização de um exame de certificação e sugeriu que o Conselho fique
5 atento. Com a palavra, o Conselheiro João Alves mencionou que concorda com o
6 Secretário-Geral. Disse que precisa investir na formação dos médicos veterinários que
7 estão sendo colocados no mercado, porém, no seu entendimento, por questões políticas e
8 comerciais o Conselho fica praticamente sem influência sobre a questão. Sugeriu duas
9 frentes de atuação, uma com a questão do ensino e da educação e que se estude uma
10 ferramenta que oportunize nivelar minimamente os profissionais que estarão entrando no
11 mercado de trabalho. Mencionou que a Comissão de Educação é importantíssima para
12 assessorar o Conselho nesse sentido. E, outra fiscalizando os profissionais que já atuam e
13 que precisam ser trabalhados. Com a palavra, o Presidente ressaltou que o assunto é sério.
14 Disse que acompanhou, em São Paulo o Conselho de Medicina, informando que lá eles
15 realizam uma prova optativa, não reprova, mas com essa prova eles avaliam os cursos de
16 Medicina. Mencionou que eles não conseguem uma prova seletiva como se deseja no
17 Conselho de Veterinária. Informou que eles conseguiram vetar por cinco anos a abertura de
18 novos cursos de Medicina. Prosseguindo, sinalizou que em muitos processos éticos
19 dificilmente o profissional é cassado ou suspenso, sendo que as vezes tem falha grave.
20 Disse que os processos éticos devem ser analisados com maior profundidade, penalizar os
21 colegas, fazer uma análise da faculdade em que se formou. Registrou a seriedade do
22 assunto, mencionou a questão do professor, que às vezes tem que ensinar umas seis
23 matérias diferenciadas, mesmo não gostando ele aceita, pois necessita do emprego.
24 Finalizando, disse que o MEC dispõe de 100 mil vagas para distribuir que é muita coisa e
25 que esse assunto tem que ser levado para discussão com Ministro, Presidente, Senador.
26 Com a palavra, o Conselheiro Pitombo mencionou o Dr. Ismar que assumiu a Presidência
27 da Comissão Nacional de Ética e Legislação e a Dra. Mitika que também é membro dessa
28 Comissão. Disse que os dois já desenvolvem este levantamento de universidades há
29 bastante tempo. Falou sobre faculdades em que seus profissionais se envolveram em
30 processo ético, sinalizando que ocorreu uma queda nas faculdades públicas e que nas
31 universidades particulares vem subindo o número. Disse que já ocorreu de o profissional
32 ter se formado e com seis meses de formado já ter processo ético. Considera essa questão
33 um grande problema para o Sistema, pois o Regional fica lotado de processos éticos, o
34 Conselho Federal de recursos de processos éticos. Sugeriu que a questão seja tratada na
35 base, na raiz e que se deve contar com a Comissão Nacional de Ética, a Comissão Nacional
36 de Responsabilidade Técnica e a Comissão Nacional de Educação para assessorar em uma

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CFMV.....

.....

1 solução. Finalizando, mencionou que foram publicados trabalhos (sobre processos éticos)
2 do CRMV-RJ no Panvet, em Cuba; no Panvet, no Panamá. Disse que a Revista do
3 Conselho Federal não quis publicar, justificando que o assunto estava fora da linha da
4 Revista CFMV. **IV-ORDEM DO DIA.4.1-ASSUNTOS E PROCESSOS DE NATUREZA**
5 **TÉCNICA OU ADMINISTRATIVA. 4.1.1.Processo Administrativo CFMV nº**
6 **7155/2017.** Assunto: Solicitação de cópia do processo administrativo que aprovou a
7 Resolução CFMV nº 1178/2017 (“Dispõe sobre a responsabilidade técnica em
8 estabelecimentos que criem ou utilizem animais em atividades de pesquisa ou ensino”).
9 Procedência: Ministério Público Federal no Distrito Federal. Apresentante: Presidente. O
10 Presidente relatou que houve uma denúncia sigilosa ao Ministério Público sinalizando o
11 porquê do zootecnista não constar na Resolução que trata do RT de biotério. Disse que o
12 Conselho Federal foi questionado e precisa responder, em um prazo de vinte dias, ao
13 Ministério. Ato seguinte, mencionou que foi enviada uma resposta ao Ministério Público,
14 informando que o assunto seria discutido nesta Sessão Plenária do CFMV e que
15 oportunamente a decisão será comunicada ao Órgão. Prosseguindo, falou da Resolução
16 baixada pelo CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) onde
17 consta que cabe ao médico veterinário ser o RT de biotério. Em seguida, relatou sobre a
18 decisão judicial na vigésima segunda vara de Brasília, onde determina que o RT de biotério
19 é responsabilidade do médico veterinário e que dessa forma a decisão é que se mantenha o
20 que está na Resolução 1178/2017 do Conselho Federal, o RT de biotério é de competência
21 do médico veterinário. Esclareceu que a Resolução não pode ser alterada tendo em vista
22 que não só o CONCEA, mas a própria Justiça Federal, em uma decisão da vigésima
23 segunda vara, já reconheceu ao médico veterinário o direito de ser RT de biotério. Na
24 sequência, informou que será respondido ao Ministério Público, na pessoa do Procurador
25 Peterson de Paula Pereira, que se mantém a responsabilidade técnica ao médico veterinário
26 conforme decisão judicial, decisão do CONCEA e do próprio CFMV. Colocada em
27 votação, essa decisão foi aprovada por unanimidade. **4.1.2.Processo Administrativo**
28 **CFMV nº 354/2018.** Assunto: Solicitação de orientação quanto ao artigo 5º ou alteração
29 do artigo 5º-A da Resolução CFMV nº 1041/2013. Procedência: CRMV-MS. Relator:
30 Presidente. Com a palavra, o Dr. Valentino relatou sobre a solicitação do CRMV-MS.
31 “(...)”, expediente que trata da entrega das Cédulas de Identidade aos novos profissionais
32 Médicos Veterinários e Zootecnistas, onde informa que para otimização, se pretende
33 implementar a entrega dessas Carteiras durante a Colação de Grau dos Acadêmicos e por
34 isso a solicitação de alteração da Resolução 1041/2013. Em discussão. [...]. Após exaustiva
35 discussão (usaram a palavra, o Secretário Geral, o Presidente, o Conselheiro Pitombo, o
36 Presidente do CRMV-MS, Dr. João Vieira. Os conselheiros Wendell e João Alves, a

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 Conselheira Paula, os Conselheiros José Arthur, Nestor e Irineu), não houve consenso. Ato
2 contínuo, o Presidente sugeriu que o assunto seja retirado da pauta e encaminhado às
3 Comissões de Educação da Medicina Veterinária e da Zootecnia do CFMV para analisarem
4 e apresentarem posicionamento. Em votação. **Decisão:** Aprovado, por unanimidade. Ato
5 seguinte, o Presidente comunicou que no dia 21 próximo, o Ministro Aroldo Cedraz fará
6 uma palestra na Câmara Nacional de Presidentes às 16h30. Com a palavra, o Secretário-
7 Geral comentou a questão do TCU em relação aos Conselhos, referente a incorporação do
8 Orçamento dos Conselhos Federais e Regionais de fiscalização profissional no Orçamento
9 Geral da União. Abordou sobre suas preocupações relativos à questão. Mencionou que se
10 realmente o orçamento for incorporado vai ocorrer uma desestruturação e os Conselhos
11 não passarão de uma agência reguladora à exemplo da Anatel. Na sequência, disse que pelo
12 que observou em relação ao valor das receitas dos Conselhos citadas na mensagem, a OAB
13 também deve estar incluída. No uso da palavra, o Dr. Valentino esclareceu que desde 2006
14 esse é o procedimento contábil de confecção de planejamento orçamentário da União, que
15 é colocado em consulta pública por determinado tempo e as entidades em geral apresentam
16 as suas sugestões. Continuando, disse que desde 2006 que os Sindicatos de empregados de
17 Conselhos de fiscalização apresentam esse pedido e como o processo é democrático é
18 colocado na proposta inicial, mas quando chega na Secretaria de Planejamento é cortada
19 essa solicitação. Prosseguindo, informou que essa proposta é apresentada por seis pessoas
20 apenas do Sindicato de Servidores dos Conselhos de Sergipe. Na sequência, ele ressaltou
21 que é preocupante, pois todos os movimentos do TCU estão no sentido de trazer para si.
22 Disse que o primeiro passo foi que as prestações de contas dos Conselhos Regionais não
23 sejam mais entregues aos Conselhos Federais, mas diretamente para o TCU. E, que as
24 consultas e pesquisas que o TCU tem realizado com os Conselhos Regionais quanto à
25 governança de aquisições da gestão de pessoal. Finalizando, salientou que o Tribunal de
26 contas tem começado a avançar sobre os Conselho e de uma maneira muito próximo com o
27 Ministério Público Federal. Informou que tramita no Supremo Tribunal Federal uma ação
28 direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador, Rodrigo Janot, que propõe o
29 Regime jurídico único para os empregados de Conselhos, não para os atuais e sim para os
30 que vierem a ser contratados e desde que haja uma Lei. Continuando, informou que para os
31 atuais empregados de Conselhos propõe que o executivo apresente uma proposta de Lei
32 para a regulamentação dessas pessoas. Com a palavra, o Secretário-Geral falou do
33 superávit financeiro dos Conselhos, citando em que condição poderá ser utilizado e
34 chamou à atenção para a questão de doação que não pode ser realizada de um Conselho
35 para outro, devendo aplicar as devidas normas. Continuando, sinalizou que para o TCU,
36 uma decisão tomada em Sessão Plenária se considera que a responsabilidade é de todos os

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 membros que participam da gestão. Com a palavra, o Presidente falou que é muito sério
2 gerir um Conselho de Classe. Continuando, mencionou a importância dos registros em uma
3 Ata, disse que deve ter clareza sobre as decisões. E, relatou um caso desagradável ocorrido
4 no Regional de São Paulo. Na sequência, o Presidente ressaltou que a decisão de um
5 colegiado é suprema. Ato seguinte, O Presidente informou que se preocupa com a dívida
6 trabalhista altíssima já reconhecida pela Diretoria do CFMV, no valor de 8 milhões.
7 Prosseguindo, falou da importância de se trabalhar corretamente e ter um corpo jurídico
8 confiável dentro do Sistema para dar apoio aos Regionais. Disse que a Diretoria vem se
9 reunindo para estruturar o Conselho de acordo com o organograma aprovado. Informou
10 que já foi implantado o corpo jurídico, que o corpo de comunicação ainda não está
11 estruturado, mas já está em andamento. Disse que em seguida deverá ser estruturada a área
12 de tecnologia. Após, virá a área administrativa. Em continuidade, informou que já recebeu
13 uns quatro pedidos de apoio financeiro e que se faz necessário ajudar. Com a palavra, o
14 Presidente do CRMV-MS. Dr. João Vieira relatou sobre a necessidade de solicitar um
15 empréstimo ao CFMV para não ficar totalmente descapitalizado, informando que sua
16 gestão se encerra no final deste ano. O Presidente sugeriu que seja solicitada uma doação,
17 tendo em vista que a atual gestão está se encerrando e não é recomendável deixar dívidas
18 para o sucessor. Ato seguinte, o Presidente consignou a presença do Presidente do CRMV-
19 CE, o Dr. Célio Pires Garcia, informando que ele irá participar parcialmente da Sessão. Na
20 sequência, informou que os itens 4.1.3, 4.2.1 e 4.2.2., serão retirados da pauta e será feito
21 um sorteio de relatores para esses assuntos, objetivando agilizar os trabalhos da Sessão.
22 Informou que sobre os três itens serão analisados e a relatoria a ser feita. Para o item 4.1.3,
23 foi sorteada a Conselheira Paula. Com a palavra, a Conselheira informou que não irá
24 participar da próxima Sessão que será realizada em Campo Grande – MS. Continuando, foi
25 sorteado o Conselheiro Pitombo. Para o item 4.2.1., foi sorteado o Conselheiro Wendell. E,
26 para o item 4.2.2., foi sorteado o Conselheiro Francisco Atualpa. O Presidente informou
27 que serão discutidos na próxima Sessão Plenária os Relatórios que serão apresentados por
28 esses Conselheiros. Ato seguinte. O Presidente mencionou que recebeu do Ministério da
29 Agricultura um convite para ir à Paris, no período de 20 a 23 de maio/18. Disse que
30 gostaria de levar com ele um grupo composto de quatro membros, sendo dois Conselheiros
31 e dois Presidentes de Regionais. O Presidente, se utilizando da democracia fez um sorteio.
32 Foram sorteados os Conselheiros Antonio Guilherme e Francisco Atualpa. Prosseguindo, o
33 Presidente mencionou o evento que será realizado na Espanha, de 5 a 8 de maio/18, o
34 WVA. Informou que o Presidente desta missão é o Secretário-Geral, Dr. Nivaldo e que
35 também será por sorteio a escolha para acompanhar. Foram sorteados os Conselheiros
36 Cícero Pitombo e Nestor Werner. **4.1.3. Processos Administrativos CFMV nº 4851/2017 e**

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 **355/2018.** Assunto: Consulta e solicitação de alteração do artigo 20 da Resolução CFMV
2 nº 1138/2016. Procedência: CRMV-SC e MS. Relator: Presidente. **Decisão:** Retirado da
3 pauta. Será encaminhado ao Conselheiro Pitombo para relatoria na próxima Sessão
4 Plenária Ordinária do CFMV. **4.1.4.Homologação de Anotações de Responsabilidade**
5 **Técnica: proposta de Resolução instituidora de novo requisito.** Relator: Presidente. Foi
6 retirado da pauta. O Presidente informou que o assunto primeiramente será discutido pelos
7 membros da Comissão Nacional de Responsabilidade Técnica. Após, será encaminhado o
8 parecer a todos os Conselheiros para discussão futura. **4.1.5.Apresentação e**
9 **esclarecimentos quanto às Turmas Recursais.** Apresentante: Asjur/CFMV. Em virtude
10 da ausência momentânea do Presidente, o Vice-Presidente, Dr. Luiz Carlos assumiu os
11 trabalhos da Sessão. Em continuidade aos trabalhos, o Presidente no exercício da
12 Presidência solicitou à Dra. Aline que inicie a apresentação. No uso da palavra, a Dra.
13 Aline se apresentou. Na sequência explicou sobre a denominação “*Atividade Judicante*”,
14 informando que se trata da ação em relação aos processos que passam por julgamento do
15 CFMV, tantos os processos administrativos, como os processos éticos. Disse que essa
16 atividade agora está subordinada à Assessoria Jurídica e que ainda estão tentando organizar
17 o fluxo desses processos. Continuando, informou que agora que a coordenação desses
18 processos está dentro da Assessoria Jurídica será dada uma atenção especial, visto que se
19 trata de uma atividade fim do CFMV - atividade fiscalizatória. Esclareceu que apresentará
20 a teoria e na sequência a parte prática, onde serão aplicados exercícios através de casos
21 concretos. Mencionou que as dúvidas que forem surgindo estarão sendo dirimidas. Durante
22 a apresentação, Dra. Aline ressaltou que essa atividade será desempenhada de forma mais
23 próxima com os Conselheiros. Foram distribuídos materiais para leitura - lista com
24 principais normas que regem os processos em grau recursal e demais orientações a respeito
25 do relatório/fundamentação/voto. A Dra. Aline solicitou aos Conselheiros que se apropriem
26 do conteúdo para trabalhar e seguir o rito. Informou que os processos serão entregues aos
27 Conselheiros com análise prévia da Assessoria Jurídica, por meio físico ou digital. Com a
28 palavra, o Secretário-Geral mencionou que a análise prévia que será realizada pela
29 Assessoria Jurídica deve ser consistente, completa e com uma avaliação quanto ao recurso
30 apresentado ao CFMV. Prosseguindo ressaltou a importância dessa avaliação para saber se
31 o processo está apto ou não para julgamento em segunda instância. Continuando, disse que
32 quando o processo seguir para o Conselheiro Relator, ele decidirá se acata ou não o
33 acórdão prévio sugerido pelo jurídico. Com a palavra, a Dra. Aline informou que será
34 construído um banco de jurisprudência, porém se faz necessário que os Conselheiros
35 conheçam a legislação, se envolvam com o caso concreto que será passado para relatoria.
36 Disse que necessita do apoio técnico e do conhecimento dos Conselheiros. Com a palavra,

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 o Tesoureiro disse que se a análise prévia não for realizada com cuidado de nada vai
2 adiantar e o retrabalho continuará. Com a palavra, a Dra. Aline disse que só encaminhará
3 ao Relator o processo que estiver apto para julgamento. O Conselheiro Nestor se
4 manifestou favorável ao que foi dito pelo Secretário-Geral e sugeriu que seja mostrado em
5 tela o parecer do Relator para acompanhamento dos demais Conselheiros e assim votarem.
6 No uso da palavra, o Presidente em exercício solicitou que a Dra. Aline prossiga com a
7 apresentação e depois, quando o Presidente retornar à Sessão, será discutido e definido
8 como se dará o apoio, pela Assessoria Jurídica, aos Conselheiros. Em continuidade, demais
9 membros da equipe Atividade Judicante compareceram à Sessão - Sra. Ana Célia, Sra.
10 Polyana e Sra. Maria Luiza para auxiliarem na apresentação de estudos de caso. Com a
11 palavra, a Sra. Ana Célia informou que será realizada uma dinâmica de grupo. Disse que
12 trouxe alguns casos para discussão. Prosseguindo, informou sobre os procedimentos dessa
13 dinâmica. “(...)”. Com a palavra, o Conselheiro Antonio Guilherme mencionou que seria
14 mais coerente finalizar a discussão de como será o apoio da Assessoria jurídica e depois
15 partir para a prática. No uso da palavra, a Dra. Aline explicou que essa dinâmica seria
16 apenas para os Conselheiros tomarem ciência dos normativos, se familiarizar com os
17 assuntos. Com a palavra, o Tesoureiro sugeriu que seja discutido o fluxo do processo para
18 depois dar continuidade à questão do estudo de caso, se não ficará improdutivo. Na
19 sequência, a Dra. Aline relatou, de forma geral, o fluxo dos processos administrativos
20 “(...)”. Salientou que os processos éticos serão passados pela análise dos advogados da
21 Assessoria Jurídica. O Conselheiro Pitombo disse que o recurso de processo administrativo
22 é bem simples, mas precisa do apoio administrativo e jurídico para trabalhar esses
23 processos e que a necessidade de uma avaliação técnica será para poucos casos. Dra. Aline
24 informou que grande parte de multas aplicadas em estabelecimentos é porque não tem RT e
25 que nessa questão vai ser importante o apoio técnico do Conselheiro e que até nos
26 Tribunais se conta com o apoio técnico. O Conselheiro Irineu disse que no seu
27 entendimento, por experiências anteriores, o relatório a ser passado ao Conselheiro Relator
28 deve ser fundamentado juridicamente com orientação da jurisprudência e indicativo das
29 normas que foram trabalhadas para o tema, sugerindo que o jurídico opine quanto ao voto.
30 Com a palavra, o Presidente em exercício mencionou que no relatório deve conter uma
31 análise prévia de caráter orientativo e sugestivo. Continuando, salientou que as ações a
32 serem adotadas pela Assessoria Jurídica deverão ser discutidas com a presença do
33 Presidente. Com a palavra, o Conselheiro José Arthur sugeriu que sejam apresentados
34 fundamentação e voto para o Relator opinar a exemplo do CRMV-RS, onde os advogados
35 elaboravam o voto e apresentavam ao Relator, que pode ou não concordar. No uso da
36 palavra, o Tesoureiro disse que no seu entendimento ainda não se chegou a um consenso

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 sobre a forma do apoio jurídico. Falou que as Câmaras Técnicas possuem alguns elementos
2 que poderiam colaborar na fundamentação. Mencionou que os Conselheiros devem se
3 atentar, pois pode acontecer de discordar de algumas análises jurídicas, em função das
4 experiências vividas por cada um. E, que o Conselheiro tenha a consciência de que a
5 análise técnica deve ser realizada por ele. Continuando, mencionou que se o Relator não
6 possuir elementos para tal que se busque orientação na Assessoria Técnica ou com as
7 Câmaras Técnicas. Prosseguindo, disse que os Conselheiros têm o direito de dizer como
8 deseja receber o processo para relatoria. Esclareceu que será de forma virtual e não física.
9 Com a palavra, o Presidente em exercício ressaltou que se chegou a um consenso da
10 necessidade de um suporte maior aos Conselheiros, por parte da Assessoria Jurídica, mas
11 “como” será realizado, ainda será discutido. Disse que sobre a entrega dos processos aos
12 Conselheiros Relatores, cada um deverá ver a melhor forma de receber. Com a palavra, a
13 Dra. Aline explicou que o processo enviado fisicamente ao Conselheiro é possível, pois é
14 tramitado oficialmente e passa a ser de responsabilidade dele. Continuando, mencionou
15 que considera melhor evitar, pois poderá ocorrer algum extravio. Com a palavra, o
16 Conselheiro Francisco Atualpa disse que acha bem complicado a questão de processos
17 físicos ficarem sob a responsabilidade dos Conselheiros. Mencionou que não deseja levar
18 processos para seu estado, seria melhor vir ao CFMV para realizar a análise. Continuando,
19 disse que se precisar receber, que seja de forma virtual. Sugeriu que o processo original
20 não seja tirado do CFMV e que se precisar de algum documento dos autos, que seja
21 solicitado uma cópia física. Com a palavra, o Presidente em exercício, informou que essa
22 questão ainda será definida e que cada um tem o seu posicionamento, mas que haverá uma
23 deliberação final. Com a palavra, o Secretário-Geral relatou que foi decidido em reunião
24 realizada com a Diretoria Executiva e a Assessoria Jurídica que seria feita uma avaliação
25 prévia do jurídico, em relação ao recurso – se ele é ou não procedente, e com o acórdão
26 exarado, seria remetido ao Conselheiro Relator. E, caso não haja concordância por parte do
27 Relator, ele faria o seu relatório. Continuando, disse que não se lembra de terem discutido
28 sobre encaminhar processo ou não aos Conselheiros e se houve alguma decisão superior
29 nesse sentido, a ele não foi comunicado. O Presidente em exercício falou que sobre a
30 necessidade do trabalho do jurídico ser mais elaborado para então enviar aos Conselheiros,
31 já se tornou unanime. Com a palavra, a Dra. Aline informou que recebeu orientação para
32 entregar os processos aos Conselheiros. No uso da palavra, o Tesoureiro disse que no seu
33 entendimento não deve sair processo físico do Conselho Federal e se houve outra decisão
34 contrária a essa, que então deverá ser submetida ao Plenário. Disse que se algum
35 Conselheiro precisar analisar mais profundamente o caso, que solicite cópia das partes do
36 processo que necessita e que não vê problema quanto a isso. Ato seguinte. Com o retorno

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CFMV.....

.....

1 do Presidente, o Vice-Presidente comunicou a ele que ficou suspenso até o momento a
2 questão do exercício prático. Prosseguindo, mencionou que ocorreu um debate importante
3 sobre como seria o apoio da Assessoria Jurídica aos Conselheiros até o ponto o de
4 encaminhamento de processos aos Conselheiros Relatores. E, que outra questão discutida
5 foi quanto à forma de encaminhar o processo, se seria de forma física ou digital ou ainda,
6 se seria com a vinda do Conselheiro ao CFMV para trabalhar no processo. O Presidente
7 assumiu os trabalhos da Sessão. No uso da palavra, o Tesoureiro solicitou aos Conselheiros
8 que dessem uma olhada nos processos administrativos trazidos para o Plenário, pela Dra.
9 Aline, pois alguns não tem fundamentação técnica e que isso o preocupa. Com a palavra, o
10 Presidente reiterou o que disse o Tesoureiro sobre a questão de processos que não possuem
11 fundamentação técnica na análise e que isso cria dificuldade em defender o Conselho
12 Regional nas escalas judiciais. Informou que é contra a questão de se levar processo para
13 casa, mas que poderá ser disponibilizado via on-line para análise. Informou ainda, que o
14 Conselheiro tendo possibilidade, viria a Brasília já com seu posicionamento técnico e no
15 CFMV teria o apoio logístico e jurídico e que a Dra. Aline tem uma equipe para prestar
16 qualquer apoio que se fizer necessário. Com a palavra, a Dra. Aline explicou o
17 procedimento da Assessoria Jurídica: *“Entregará o rascunho do voto ao Conselheiro*
18 *Relator antes. Que os processos serão disponibilizados digitalmente. Seria feito um*
19 *relatório com fundamentação da parte legal pelo jurídico, mas a parte técnica deverá ser*
20 *realizada pelo Conselheiro Relator. Ressaltando que precisa receber tais informações com*
21 *antecedência para preparar Ata, extrato de Ata e Acórdão”*. Com a palavra, o Presidente
22 solicitou que o Conselheiro que discordar do que foi exposto pela Dra. Aline, se manifeste.
23 Não ocorreu manifestação. Prosseguindo, o Presidente solicitou que os processos
24 administrativos sejam distribuídos às duas Turmas, com envio digital. Mencionou que
25 seriam 30 processos para cada Turma. Com a palavra, a Dra. Aline disse que a ideia já seria
26 disponibilizar também 6 processos éticos aos Conselheiros. Na sequência, o Presidente
27 informou que os Conselheiros devem se reportar aos Presidentes das Turmas para
28 quaisquer solicitações, inclusive para vinda ao CFMV. Continuando, ressaltou que o
29 Conselheiro deverá fundamentar o aspecto profissional para respaldar a Assessoria
30 Jurídica. Com a palavra, o Conselheiro Francisco Atualpa solicitou que fosse mencionada
31 composição de cada Turma. A Portaria do CFMV, que nomeou os componentes, foi lida
32 pela Sra. Ana Célia. “(...)”. Ato seguinte. **4.2-PROCESSOS DE NATUREZA CONTÁBIL-**
33 **FINANCEIRA.4.2.1.Processo Administrativo CFMV nº 182/2018.** Assunto: Deliberação
34 quanto à decisão que, *ad referendum*, autorizou doação de veículo para atividades de
35 fiscalização. Procedência: CRMV-DF. Apresentante: Presidente. **Decisão:** Retirado da
36 pauta. Será encaminhado ao Conselheiro Wendell para relatoria na próxima Sessão

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 Plenária Ordinária do CFMV. **4.2.2. Processo Administrativo CFMV nº 180/2018.**
 2 Assunto: Deliberação quanto à decisão que, *ad referendum*, autorizou doação de salas
 3 comerciais e móveis. Procedência: CRMV-DF. Apresentante: Presidente. **Decisão:**
 4 Retirado da pauta. Será encaminhado ao Conselheiro Francisco Atualpa para relatoria na
 5 próxima Sessão Plenária Ordinária do CFMV. 4.3 - ASSUNTOS DE NATUREZA
 6 CONTÁBIL-FINANCEIRA. **4.3.1. 1ª Reformulação Orçamentária CRMV-GO.** Com a
 7 palavra, o Tesoureiro esclareceu que a Reformulação Orçamentária não implica em
 8 mudança de valor do Orçamento do Regional. Ocorrendo somente mudança de valor de
 9 rubrica. Na sequência procedeu à leitura do Parecer Contábil nº 27/2018. “(...)”.
 10 Conclusão: *Considerando a inexistência de pendências, sugiro a homologação da 1ª*
 11 *Reformulação Orçamentária para 2018 do CRMV-GO*”. Prosseguindo, informou que todas
 12 as peças foram enviadas mediante o ofício 57/2018 do CRMV-GO, sobretudo a
 13 justificativa do Gestor do Regional pela primeira reformulação do Regional e sugeriu a
 14 aprovação da primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-GO.
 15 Mencionou que se alguém quiser verificar o documento, está à disposição. Em discussão.
 16 Em votação. **Decisão:** Aprovado, por unanimidade, a primeira reformulação orçamentária
 17 do exercício de 2018 do CRMV-GO. **4.3.2. 1ª Reformulação Orçamentária CRMV-RJ.**
 18 Com a palavra, o Tesoureiro procedeu à leitura do parecer contábil nº 28/2018. “(...)”.
 19 Conclusão: *Considerando a inexistência de pendências, sugiro a homologação da 1ª*
 20 *Reformulação Orçamentária para 2018 do CRMV-RJ*”. Prosseguindo, informou que todas
 21 as peças foram enviadas mediante o ofício 65/2018 do CRMV-RJ, sobretudo a justificativa
 22 do Gestor do Regional pela primeira reformulação do Regional e sugeriu a aprovação da
 23 primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-RJ. Informou que
 24 similar ao CRMV-GO, somente ocorreu mudança de valor de rubrica, não alterando o
 25 orçamento previsto. Mencionou que se alguém quiser verificar o documento, está à
 26 disposição. Em discussão. Em votação. **Decisão:** Aprovado, por unanimidade, a primeira
 27 reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-RJ. **V-EXTRAPAUTA.5.1.**
 28 Alteração do termo O QUE OCORRER”, constante da pauta, para “ASSUNTOS
 29 GERAIS”. Aprovado, por unanimidade, a alteração desse dispositivo na Resolução CFMV
 30 nº 856/20017. **5.2. 1ª Reformulação Orçamentária CRMV-RO.** Com a palavra, o
 31 Tesoureiro procedeu à leitura do parecer contábil nº 29/2018. “(...)”. Conclusão:
 32 *Considerando a inexistência de pendências, sugiro a homologação da 1ª Reformulação*
 33 *Orçamentária para 2018 do CRMV-RO*”. Prosseguindo, informou que todas as peças
 34 foram enviadas mediante o ofício 23/2018 do CRMV-RO, sobretudo a justificativa do
 35 Gestor do Regional pela primeira reformulação do Regional e sugeriu a aprovação da
 36 primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-RO. Informou que

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 similar aos outros Conselhos anteriores, somente ocorreu mudança de valor de rubrica, não
2 alterando o valor do orçamento previsto. Mencionou que se alguém quiser verificar o
3 documento, está à disposição. Em discussão. Em votação. **Decisão:** Aprovado, por
4 unanimidade, a primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-RO.
5 **5.3. 1ª Reformulação Orçamentária CRMV-MT.** Com a palavra, o Vice-Presidente, na
6 ausência do Tesoureiro, procedeu à leitura do parecer contábil nº 30/2018“(...)”.
7 Conclusão: *Considerando a inexistência de pendências, sugiro a homologação da 1ª*
8 *Reformulação Orçamentária para 2018 do CRMV-MT*”. Prosseguindo, informou que todas
9 as peças foram enviadas mediante o ofício 521/2018 do CRMV-MT, sobretudo a
10 justificativa do Gestor do Regional pela primeira reformulação do Regional e sugeriu a
11 aprovação da primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-MT.
12 Informou que similar aos outros Conselhos anteriores, somente ocorreu mudança de valor
13 de rubrica, não alterando o orçamento previsto. Mencionou que se alguém quiser verificar
14 o documento, está à disposição. Em discussão. Em votação. **Decisão:** Aprovado, por
15 unanimidade, a primeira reformulação orçamentária do exercício de 2018 do CRMV-MT.
16 Ato seguinte. Com a palavra, o Presidente consignou a presença da Dra. Ana Elisa,
17 Presidente do Conselho Regional do Estado da Bahia, que agradeceu pelo convite. Na
18 sequência, o Presidente falou sobre a questão dos estabelecimentos de pets, por decisão
19 judicial, não precisarem se inscrever nos Conselhos e nem contratar Responsável Técnico.
20 Continuando, questionou se será dado prosseguimento a esses processos e solicitou o
21 posicionamento dos Conselheiros. Com a palavra, o Dr. Valentino esclareceu que se faz
22 necessário conversar com o jurídico a respeito para que verificação do status do processo
23 judicial e sobre os riscos que podem advir. Citou algumas alternativas que o CFMV poderá
24 optar por seguir. “(...)”. Prosseguindo, ele sugeriu a alternativa de não pautar esses
25 processos que estão sob a gestão do CFMV – análise interna, pois as Turmas estão
26 iniciando e conhecendo ainda sobre a matéria, com isso vai se ganhando tempo para se
27 tentar reverter a decisão do STJ. Com a palavra, o Secretário-Geral mencionou acreditar
28 que a decisão do STJ não é de repercussão geral e que ela só se aplicaria para o estado de
29 São Paulo (assunto discutido em uma Câmara de Presidentes passada). Continuando, disse
30 que não tem conhecimento de outra decisão do próprio STJ, que se aplicaria em todo o
31 País. Falou que o maior risco não é a questão de registrar ou não e sim a repetição de
32 débito. Informou que no estado de Minas Gerais continua sendo exigido o registro. Com a
33 palavra, o Dr. Valentino esclareceu que pode ter ocorrido um equívoco, mas a informação
34 passada, durante essa Câmara, foi de que a decisão repercutiria em todo o País. Ele disse
35 que alguns Conselhos usaram como estratégia, não fiscalizar mais esses estabelecimentos.
36 Finalizando, mencionou que não houve consenso, durante essa Câmara de Presidente,

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 sobre uma estratégia a ser utilizada pelo Sistema. Com a palavra, o Dr. Wendell disse que
2 tem acompanhando alguns processos na justiça e que em alguns processos sequer cita a Lei
3 5.550. Solicitou ao Presidente que a Assessoria Jurídica do CFMV faça um estudo dessa
4 Lei para verificarem se esses estabelecimentos se enquadram, pois acha que sim. Com a
5 palavra, a Dra. Aline informou que em um processo que envolve o médico veterinário, não
6 pode colocar a Lei que fala do zootecnista. Com a palavra, o Dr. Wendell disse que sobre a
7 questão do registro no Conselho, é atividade básica e que então o embasamento pode ser
8 pelas duas Leis. Com a palavra, o Dr. Valentino mencionou que se faz necessário realizar
9 uma análise mais abrangente. Com a palavra, o Dr. Wendell reiterou sua solicitação para
10 que seja feito um estudo da Lei nº 5.550. Ato seguinte. O Tesoureiro informou que em
11 função de compromisso de trabalho, precisa se ausentar da Sessão. **VI-O QUE**
12 **OCORRER.** Com a palavra, o Presidente comunicou que o Conselheiro que desejar fazer
13 uso da palavra, poderá se inscrever. **6.1.** Com a palavra, o Dr. Wendell informou que está
14 trazendo um assunto importante, sobretudo para a avicultura caipira. Disse que faz parte de
15 uma cooperativa de avicultura, na Paraíba, que produz e que trabalha com pequenos
16 produtores. Procedeu à leitura da Instrução Normativa nº 56 de 2007, do Mapa. “(...)”.
17 Prosseguindo, falou que essa Instrução está voltada para sanidade aviária, principalmente
18 pela prevenção da influenza aviária no Brasil. Disse que esse normativo foi criado mais
19 para os grandes produtores. Mencionou que a avicultura familiar, é formada por produtor
20 que se utiliza da sua própria propriedade para criação de aves, ou seja, utiliza uma pequena
21 área apenas e que não existe a possibilidade desse pessoal instalar uma barreira sanitária
22 para todo veículo que for entrar. Disse que o pequeno produtor não tem um núcleo
23 produtivo como o grande produtor. Informou que teria que isolar a parte produtiva da parte
24 residencial, e isso está causando um grande problema para esses pequenos produtores.
25 Disse que os diferentes precisam ser tratados de forma diferenciada e solicitou sugestões
26 para se encontrar uma maneira de dar um tratamento diferenciado a esses pequenos
27 produtores, que já produzem com pouco recurso. Na sequência, mencionou que não poderá
28 emitir GTA para os aviários, pois não há condições de se adequar à essas exigências que
29 cita na legislação. Continuando, disse que gostaria de uma mediação nessa Plenária e
30 enviar um documento ao PNSA para tentar amenizar essas exigências. Em discussão. Com
31 a palavra, a Dra. Erivânia, mencionou que imaginou que o Conselheiro Wendell falaria
32 sobre a questão da responsabilidade técnica na criação de aves, pois o pequeno produtor
33 não tem condições de pagar. Disse que é um problema que se enfrenta no interior - como
34 ter um RT nas pequenas granjas. Continuando, informou que a Instrução 56 foi aprovada
35 há mais de dez anos. E, que no ano passado, depois de grandes articulações se conseguiu
36 um prazo que finaliza agora em março para que os estabelecimentos de aves entregue a

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 documentação e que nessa documentação deve constar um croqui demonstrando onde
2 ficam os galinheiros, que devem estar cercados. Disse que tem que se pensar como na
3 Defesa, não importa o tamanho e que o risco é grande. Mencionou que é exigido também
4 que onde se cria aves que não entrem animais domésticos, pois a probabilidade de
5 contaminação é grande. Informou que o Ministério não vai abrir mão com relação ao
6 tamanho e não existe a possibilidade de reduzir as exigências. Disse que se preocupa muito
7 é com a questão do RT, pois um aviário pequeno não tem recurso para pagar esse
8 profissional. Mencionou que esse é um bom assunto para ser levado para a Comissão de
9 Responsabilidade Técnica. Finalizando, se propôs a ir ao Ministério com o Conselheiro.
10 Com a palavra, o Conselheiro Antonio Guilherme disse que o Brasil é um dos únicos
11 países que não tem influenza. Informou que o vírus influenza não dá aviso, por isso o
12 programa de vigilância. Mencionou que o Paraná responde hoje por 33% da produção
13 nacional e disse que o assunto deve ser discutido com muita prudência pelo CFMV.
14 Sugeriu ao Conselheiro que tenha uma conversa com o Dr. Bruno. Informou que somente
15 no MAPA poderá resolver. E, que o Conselho não pode referendar uma situação que se
16 arrasta há anos. Com a palavra, o Conselheiro Wendell informou que atende à todas as
17 normativas do MAPA, cumpre todo o protocolo de vacinação. Disse que assistência
18 técnica de médico veterinário e de zootecnista. Informou que no núcleo criatório não tem
19 outros tipos de animais. Complementou, informando que a Associação cumpre toda a
20 legislação que rege a criação de frangos e a produção de ovos caipiras. Finalizou, dizendo
21 que irá conversar com o Dr. Bruno, como sugeriu o Conselheiro Guilherme. Com a
22 palavra, o Presidente informou que a Comissão Nacional do Agronegócio já foi instituída e
23 que o problema poderá ser levado à essa Comissão. Continuando, mencionou que poderá
24 convidar o Ministério da Agricultura para participar, como também a Associação que
25 congrega toda a avicultura nacional. Disse que o assunto envolve enfermidades e que se
26 faz necessário ter precauções. Após, o assunto voltará a ser discutido. Prosseguindo, o
27 Presidente questionou ao Conselheiro se esse problema foi colocado para o Regional da
28 Paraíba e o Conselheiro informou que não. Na sequência, o Presidente consignou a
29 presença da Dra. Antonieta, Presidente do CRMV-PA, acompanhada da Dra. Teresinha,
30 Secretária-Geral, Presidente do CRMV-AM, Dr. Haruo Takatani. Mencionou que o Dr.
31 João Vieira, Presidente do CRMV-MS continua no acompanhamento da Sessão. Falou da
32 presença do Dr. Celio Presidente do CRMV-CE e da Dra. Ana, Presidente do CRMV-BA.
33 Prosseguindo, informou que caso algum Presidente queira se manifestar, poderão fazer uso
34 da palavra na Sessão. Pela ausência momentânea do Presidente, o Vice-Presidente assumiu
35 a condução dos trabalhos. **6.2.** Com a palavra, o Conselheiro Francisco Atualpa disse que
36 seria interessante que fosse informado o andamento de questões que ficaram pendentes na

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

.....

1 última Sessão Plenária, a exemplo da Sede do CFMV, pois conforme foi decidido na
2 última Sessão Plenária, seria solicitada uma avaliação imobiliária. Disse que acha
3 importante o retorno, para que não fique acumulando pendências. Com a palavra, o Dr.
4 Valentino esclareceu que a respeito da avaliação da Sede, a Área Administrativa fez
5 contato com a Caixa Econômica Federal, que informou que estava sem agenda para tal
6 atendimento. Continuando, mencionou que em uma reunião interna com o Presidente foi
7 solicitado que a Sra. Lourdes, Líder do Administrativo, entraria em contato com a
8 Secretaria de Patrimônio Urbano, o que foi feito, mas ainda não se tem resposta. Está
9 sendo feito contato com o CRECI para realizar a avaliação e assim que a avaliação for
10 realizada o assunto será submetido ao Plenário. Com a palavra, o Secretário-Geral disse ser
11 relevante a preocupação do Conselheiro Francisco Atualpa, entretanto várias situações
12 independem do interesse da própria instituição em si. Continuando, esclareceu que quando
13 é informado que um assunto será tratado posteriormente, não existe um prazo determinado.
14 E, quando for estipulado uma data para se tomar uma atitude, caso ocorra a
15 impossibilidade de concretizar, aí sim é importante que seja dado ciência ao Plenário. Na
16 sequência, disse que existem situações mais relevantes do que a questão da Sede, como é o
17 caso da dívida trabalhista que o CFMV tem. **6.3.** Com a palavra, o Conselheiro Pitombo
18 cumprimentou a todos. Na sequência, questionou ao Secretário-Geral se os Conselheiros
19 poderão enviar proposta de pauta e qual seria o prazo. Com a palavra, o Secretário-Geral
20 informou que a partir da próxima Sessão Plenária a pauta será feita pela Secretaria em
21 conjunto com a Presidência, bem como qualquer Resolução proposta, que for para análise
22 da Presidência deverá também ser analisada pela Secretaria-Geral. Informou que a
23 solicitação do Conselheiro Pitombo é pertinente e que ao receber as propostas dos
24 Conselheiros serão analisadas para inclusão ou não. O Presidente retornou ao Plenário. No
25 uso da palavra, o Conselheiro Pitombo reforçou a proposta de confecção de crachás para os
26 Conselheiros, mesmo que tenha que alterar a Portaria que normatiza o uso dos crachás. E
27 continuando, sugeriu que um técnico de área – médico veterinário ou zootecnista,
28 acompanhasse o jurídico nas causas judiciais, pois assim o Conselho teria embasamento
29 técnico e jurídico. Prosseguindo, reiterou que tem recebido várias demandas e falou do
30 projeto “Casa do Veterinário e do Zootecnista” e disse que gostaria de levar o CFMV a
31 esses eventos de exposições, que são realizados em diversos estados. Finalizando,
32 questionou a quem deverá encaminhar o projeto para ser feita uma avaliação. Com a
33 palavra, o Secretário-Geral, mencionou que o CRMV-MG esteve em Uberaba, na ABCZ,
34 conversando com o Presidente, Dr. Arnaldo Borges que perguntou se o Conselho não
35 gostaria de adquirir um stand permanente. Na sequência, disse que vê essa questão com
36 certa ressalva, visto que para participar precisaria se deslocar com pessoas para essa

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 participação, além do mais é necessário que seja verificado o orçamento. Na sequência,
2 mencionou que objetivando a valorização profissional pode ser que o CFMV venha a
3 participar de alguma exposição, mas a presença contínua nesses eventos considera um
4 tanto complicada até pelo custo. O Conselheiro Pitombo disse que vê essa estratégia como
5 investimento e não como despesa. Continuando disse que a presença física do CFMV em
6 qualquer evento grande é importante, ressaltando que serão dez exposições no ano e que o
7 stand poderia ser parceria do Regional. Com a palavra, o Presidente mencionou que o for
8 bom para o Sistema, o Conselho Federal acata. E, que se um estado participa do evento, o
9 CFMV deverá estar presente também. Falou que sendo uma questão Institucional, a
10 Portaria 964 já define os critérios e se não for institucional toda a documentação deve ser
11 enviada à presidência do Conselho Federal que dará devido encaminhamento. O
12 Conselheiro mencionou a questão do pagamento do jeton juntamente com a diária e
13 questionou o posicionamento do CFMV. Com a palavra, o Presidente informou que será
14 discutido com a Assessoria Jurídica e oportunamente será comunicado a todo o Sistema.
15 Continuando, o Presidente falou que sobre os crachás, o Dr. Valentino tomará providências
16 e também providenciará o cartão social (cartão de visita) e as carteiras de identificação.
17 Com a palavra, o Vice-Presidente sugeriu que seja feito um levantamento junto aos
18 CRMVs referente ao recebimento das carteiras de identificação de Diretores e
19 Conselheiros e providenciada a regularização de pendências. Com a palavra, o Presidente
20 mencionou o certificado de serviço prestado relevante e solicitou ao Dr. Valentino que
21 verifique a regularização. Com a palavra, o Presidente do CRMV-MS sugeriu que seja
22 feita um reestudo do modelo da carteira de identificação e confeccionar um novo modelo.
23 **6.4.**Com a palavra, o Conselheiro Nestor questionou quais as Comissões Nacionais que
24 ainda poderiam ser criadas e que também gostaria de saber se já tem colegas definidos para
25 compor essas Comissões. Prosseguindo, sugeriu, para discussão na próxima Sessão
26 Plenária, de alteração de duas Resoluções, a 666/2000 (retirando o art. 7º, itens I, II, III e
27 IV), que foi alterada pela Resolução 1068/2014, pois afetam diretamente os Regionais e
28 que inclusive o próprio CFMV. Continuando, sugeriu alteração da Resolução 1041/2013,
29 questão do RT que não precisa estar em dia, solicitando revisão do art. 26, par.2 sobre a
30 questão da validade de anotações de responsabilidade técnica. Com a palavra, o Presidente
31 solicitou ao Conselheiro para formalizar sua proposta com justificativa e encaminhar ao
32 CFMV para apreciação na próxima Sessão Plenária. **6.5.**Com a palavra, o Conselheiro José
33 Arthur, no exercício das atribuições definidas no artigo 5º, IV, do Regimento Interno do
34 CFMV, apresentou material sobre um tema bastante delicado e que envolve a gestão do
35 CRMV-RS nos últimos dias. Prosseguindo mencionou que provavelmente muitos dos que
36 estão presentes já receberam algumas informações sobre o que ele vai relatar. Na

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 sequência, disse que como Conselheiro do CFMV ele recebeu essa demanda e procedeu à
2 leitura do documento. “(...)”, que fala do manifesto público em relação aos dirigentes do
3 Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul, já contando
4 com trezentos e trinta e sete assinaturas de profissionais. Continuando, contextualizou a
5 situação, que se inicia com a vitória da chapa 2, tendo como eleito o Dr. Air Fagundes
6 como Presidente que dizia em sua proposta “*Manter vigilância permanente à Inspeção de*
7 *produtos de origem animal com posição contrária à privatização. Trabalhar junto aos*
8 *municípios para a instalação da inspeção municipal, abrindo novas possibilidades de*
9 *trabalho*”. Em continuidade, ele apresentou um panorama dos acontecimentos,
10 demonstrando na ***Íntegra uma Carta Aberta. AOS MÉDICOS VETERINÁRIOS E***
11 ***ZOOTECNISTAS GAÚCHOS. No dia 25 de janeiro de 2018, na sede do Conselho***
12 ***Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, às 8:30 h, teve início a Sessão***
13 ***Plenária Ordinária nº 593. Na pauta da Sessão não constava um tema de grande***
14 ***importância para todos e que fora sugerido anteriormente por três componentes da Sessão***
15 ***– “Discussão e deliberação sobre a participação do CRMV/RS no processo de***
16 ***terceirização da inspeção de produtos de origem animal no estado do Rio Grande do Sul”***
17 ***– diante disso, foi solicitado ao Presidente, Air Fagundes dos Santos, a inversão da pauta,***
18 ***para que se iniciasse por “Assuntos Gerais”. Como o Presidente negou a proposta, seis***
19 ***participantes com direito a voto abandonaram a Plenária, retirando o quórum e***
20 ***impedindo a realização da Sessão. Por fim, a inversão da pauta foi aceita e a Sessão foi***
21 ***reiniciada. Depois de alguma discussão o Presidente fez uma apresentação dos motivos***
22 ***que o levaram a negociar um Convênio com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e***
23 ***Irrigação (SEAPI) para que o CRMV/RS tivesse participação no processo. Encaminhada a***
24 ***votação, passada a presidência dos trabalhos para o Vice-Presidente, Edison Armando***
25 ***Franco Nunes, votaram contra a participação do CRMV/RS no processo de terceirização:***
26 ***Carlos Tadeu Pippi Salle, Maria Lúcia da Luz, Natália Carolina Bastian, Willian Augusto***
27 ***Smiderle, Zilah Maria Gervásio Cheuiche e Paulo Ricardo Centeno Rodrigues; votou a***
28 ***favor: Braz Roberto Sebastião Schettini. Totalizando 6 votos contrários e 1 voto favorável.***
29 ***Não votaram o Presidente e a Secretária-Geral, Margarete Maria Paes Iesbich, o Vice-***
30 ***Presidente, como presidia a Sessão, faria uso, caso necessário, do voto de qualidade, não***
31 ***proferido haja vista a ampla maioria obtida na votação. A Sessão foi encerrada pelo***
32 ***Presidente às 17:30 h, entretanto, para surpresa e indignação de muitos, antes de***
33 ***encerrar, o Presidente, Médico Veterinário Air Fagundes dos Santos, sobrestou, cassou a***
34 ***decisão da Plenária. Nesse momento, o Presidente, numa atitude autoritária e***
35 ***antidemocrática, constrangeu os presentes, impondo sua decisão sobre a Plenária,***
36 ***criando um fato que certamente terá consequências negativas para a relação do CRMV/RS***

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 com a classe dos Médicos Veterinários e Zootecnistas gaúchos. Convém lembrar que uma
2 das propostas da nossa Chapa, que assumiu o CRMV/RS em novembro de 2017, era
3 “Manter vigilância permanente à Inspeção de Produtos de Origem Animal com posição
4 contrária à privatização”; com essa decisão monocrática, autoritária e antidemocrática, o
5 Presidente configurou o maior estelionato eleitoral que a classe dos Médicos Veterinários
6 e Zootecnistas gaúchos já vivenciou na política de classes e irresponsavelmente lançou a
7 gestão do CRMV/RS num processo de consequências imprevisíveis mas com certeza, todas
8 elas, altamente negativas. Assinam esta nota: Paulo Ricardo Centeno Rodrigues
9 (Tesoureiro), Adriana Pires Neves (Conselheiro efetivo), Carlos Tadeu Pippi Salle
10 (Conselheiro efetivo), Maria Lúcia da Luz (Conselheiro efetivo), Natália Carolina Bastian
11 (Conselheiro efetivo), Willian Smiderle (Conselheiro efetivo), Zilah Maria G. Cheuiche
12 (Conselheiro suplente), Eduardo Amato Bernhard (Conselheiro suplente), Hamilton de
13 Souza Moraes (Conselheiro suplente), Raquel Von Hohendorff (Conselheiro suplente),
14 Gilberto DÁvila Vargas (Conselheiro suplente)”. Após, falou da matéria publicada no
15 jornal Zero Hora, evidenciando que o presidente eleito dá sequência às ações, a despeito da
16 posição adotada pelo Plenário do CRMV, Relatou que o Presidente do CRMV-RS
17 convocou uma Sessão Plenária Extraordinária, que não se realizou por ausência de quórum
18 (presentes apenas o Presidente, Vice-Presidente e Secretária-Geral do CRMV). Mencionou
19 as notas veiculadas pelo Regional acerca da reunião do dia 9/2/2018, bem como nova nota
20 do jornal Zero Hora que informava “a inspeção privada terá que esperar”. Citou materiais
21 divulgados em site denominado Imprensa Livre RS e intitulados “O projeto de lei que
22 permite mudanças na vistoria dos **produtos de origem animal** foi aprovada em regime de
23 urgência pela Assembleia gaúcha em agosto de 2017. A lei divide opiniões dentro da atual
24 diretoria eleita no **CRMV-RS – Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS**” e
25 “CRMV-RS – A LEI Nº 15.027/17RS VAI SER CUMPRIDA QUEIRAM OU NÃO!!!.
26 Prosseguindo, demonstrou uma nota publicada no portal do CRMV-RS, intitulado: **Lei**
27 **estadual. “Inspeção de Produtos de Origem Animal no RS” parte II.** Falou que quanto
28 ao termo de cooperação técnica que ainda está em discussão no CRMV-RS, que tem como
29 único objetivo facilitar o fluxograma e rotinas do exercício profissional. Finalizando, disse
30 que acha que todos compreenderam o ponto de desgaste que ocorreu com a medicina
31 veterinária e com a zootecnia no Rio Grande do Sul. Com a palavra, o Presidente
32 esclareceu que o Dr. Air veio ao CFMV e o procurou para tratar de uma dívida de
33 prestação de contas do CRMV-RS com o CFMV Informou que o Dr. Valentino participou
34 da reunião e que durante a conversa o Dr. Air falou dessa Lei sobre uma parceria da
35 Secretaria, que iria treinar os médicos veterinários e que ele receberia “X”. Continuando,
36 mencionou que informou que o Conselho não poderia realizar esse convênio com

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 participação de recursos para treinamento de ninguém. Prosseguindo, falou que o Dr. Air
2 ligou por várias vezes para falar com ele, mas não pode atender por estar ocupado e que
3 depois solicitou à Sra. Nara que retornasse à ligação e foi quando disse a ele para convocar
4 uma Sessão Plenária Extraordinária para discutirem o assunto e liquidar a questão, pedindo
5 até que se fosse possível que a convocação fosse feita de imediato. Em seguida, disse que
6 ficou surpreso quando soube que nessa Sessão só teve a presença do Presidente, Vice-
7 Presidente e Secretária-Geral. Disse que o assunto é complicado e que o Plenário é
8 soberano sobre esse aspecto, podendo solicitar uma Sessão. Falou que o Conselho não tem
9 que capacitar o profissional e que o papel do Conselho é a fiscalização. No uso da palavra,
10 o Conselheiro José Arthur informou que um colega enviou à ouvidoria do CFMV essa
11 manifestação. O Presidente disse que o documento chegou ao CFMV e está na ouvidoria,
12 será impresso, protocolado e que será enviado para um posicionamento jurídico. E, caso
13 seja necessário, será determinado o assunto para relatoria e trazer ao Plenário do CFMV.
14 Em discussão. Com a palavra, os Conselheiros Nestor e José Arthur teceram considerações
15 acerca da inspeção privada. Com a palavra, o Conselheiro Pitombo disse que o CFMV
16 recebeu uma demanda e acha que os fatos devem ser averiguados, pois ocorreu o
17 sobrestamento do ato de uma Plenária Regional. No seu entendimento precisa das atas
18 dessas reuniões, pois sem informação do Presidente não tem como o CFMV se manifestar.
19 Finalizando, disse que o assunto já está gerando um mal-estar no Sistema. Com a palavra,
20 o Presidente disse que há duas decisões a serem tomadas, verificar sobre a Sessão Plenária
21 Ordinária e ainda a sobre Sessão Plenária Extraordinária e solicitou ao Dr. Valentino para
22 pedir ao CRMV-RS as atas e justificativas por desconsiderar a decisão do Plenário. Com a
23 palavra, o Secretário-Geral questionou à Dra. Aline, Assessora Jurídica, se a manifestação
24 do Conselheiro José Arthur ora apresentada pode ser considerada como denuncia e a Dra.
25 Aline mencionou que sim. Com a palavra, o Conselheiro Irineu mencionou que a carta
26 aberta é a primeira denúncia e que o Plenário tomou conhecimento. Com a palavra, o
27 Secretário-Geral disse que o Plenário deve se preservar, pois se foi dado o conhecimento
28 de um ato relevante na Plenária sobre fatos ocorridos no âmbito dos Conselhos Regionais.
29 O assunto deve ser muito bem analisado para se tomar atitudes pertinentes ao caso.
30 Ressaltou que é importante lembrar sobre a questão de relatar ao Plenário assuntos que
31 venham trazer consequências maiores e que se chegar à justiça uma denúncia de que o
32 Conselho Federal tomou conhecimento de irregularidades de um determinado Regional e
33 não tomou as providências devidas, poderá ser penalizado. Por isso questionou à Dra.
34 Aline. Com a palavra, o Presidente citou a Resolução CFMV nº 847/2006, que diz sobre
35 afastamento de um Presidente e de que forma pode ocorrer. Com a palavra, o Dr. Valentino
36 falou sobre a Resolução citada pelo Presidente. No uso da palavra, o Presidente, após

ATA DA CCCIX SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO
CFMV.....

1 manifestação do Plenário, instaurou uma Comissão de Inquérito para apuração dos fatos, se
2 baseando na legislação. Prosseguindo, disse que dessa forma o Conselho Federal fica
3 isento de qualquer responsabilidade futura. Em votação. **Decisão:** Aprovado, por
4 unanimidade, a instauração da Comissão de Inquérito, que terá como Presidente o
5 Conselheiro Irineu Benevides, membro efetivo o Conselheiro Fábio Holder e terceiro
6 membro o Conselheiro João Alves. Ato seguinte. O Conselheiro Nestor, sugeriu que o
7 CFMV em conjunto com os Regionais, estudasse uma estratégia para fortalecimento das
8 entidades de Classe, a exemplo das Associações. Sugeriu ainda, que o CFMV fizesse um
9 acordo anual com um hotel, em Brasília, que oferecesse um preço razoável fixo para
10 facilitar a estadia dos Conselheiros, membros de Comissões, etc. Disse que no CRMV-PR
11 possui e acha satisfatório. Com a palavra, o Presidente informou que será providenciado.
12 **VII-ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Méd. Vet. Francisco
13 Cavalcanti de Almeida desejou a todos um excelente retorno aos seus lares e declarou por
14 encerrada a Tricentésima Nona (CCCIX) Sessão Plenária Ordinária do CFMV e solicitou
15 que eu, Méd. Vet. Nivaldo da Silva, lavrasse a presente ata, que após lida, discutida e
16 aprovada, vai assinada por todos os presentes. Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2018.
17 FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA _____, LUIZ
18 CARLOS BARBOZA TAVARES _____, NIVALDO DA
19 SILVA _____, HELIO BLUME _____, CÍCERO
20 ARAÚJO PITOMBO _____, JOÃO ALVES DO NASCIMENTO
21 JÚNIOR _____, WENDELL JOSÉ DE LIMA MELO
22 _____, JOSÉ ARTHUR DE ABREU MARTINS
23 _____, FRANCISCO ATUALPA SOARES JÚNIOR
24 _____, FÁBIO HOLDER DE MORAIS HOLANDA
25 CAVALCANTI _____, PAULA GOMES
26 RODRIGUES _____, NESTOR
27 WERNER _____, ANTONIO GUILHERME MACHADO DE
28 CASTRO _____ e IRINEU MACHADO
29 BENEVIDES FILHO _____.